

ENERGIA

Aneel anuncia bandeira verde na conta de luz em maio

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou, nesta sexta-feira, em Brasília, que a bandeira tarifária de maio será verde para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional, que abrange a maior parte do país. Assim, não haverá cobrança extra na conta de luz, segundo a agência.

Segundo a Aneel, devido às condições favoráveis de geração de energia, é a primeira bandeira verde anunciada para todos os consumidores desde o fim do período de escassez hídrica, que vigorou entre setembro de 2021 e abril deste ano.

CUSTO REAL

Criado pela Aneel em

2015, o sistema de bandeiras tarifárias sinaliza o custo real da energia gerada, possibilitando aos consumidores o bom uso da energia elétrica.

O cálculo para acionamento das bandeiras tarifárias leva em conta, principalmente, dois fatores: o risco hidrológico (GSF, na sigla em inglês) e o preço da energia (PLD).

As bandeiras tarifárias funcionam da seguinte maneira. As cores verde, amarela ou vermelha (nos patamares 1 e 2) indicam se a energia custará mais ou menos em função das condições de geração, sendo a bandeira vermelha a que tem um custo maior e a verde, o menor.

REVERSÃO DE CENÁRIO

Indústria defende recuperação sem intervencionismo

Setor que mais perdeu participação na economia nas últimas décadas, a indústria brasileira tem ficado para trás também em relação aos seus pares internacionais. De acordo com entidades do setor, a reversão desse cenário passa por um novo tipo de estratégia: uma política industrial sem intervencionismo estatal e a solução de questões que também beneficiam os demais setores, como investimentos em digitalização da economia e sustentabilidade do processo produtivo.

As transições para uma economia verde e digitalizada, além da necessidade de rever as cadeias produtivas diante de eventos inesperados como guerras e pandemias, tornam o momento propício para que o país volte a elaborar uma estratégia para o setor. O processo eleitoral de 2022 também é visto como oportunidade para discussão do tema. O peso da indústria de transformação ou manufatureira na economia brasileira está hoje em 11%, menor patamar de todas as séries históricas disponíveis desde 1947. Sua participação no emprego formal e nas exportações também caiu.

Na comparação internacional, o país responde por uma parcela na produção mundial que é praticamente a metade da verificada há 30 anos. A fatia nas exportações globais também está no menor patamar da série elaborada pela CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Algumas faces desse processo são a saída de multinacionais do país, como montadoras, e o fechamento de companhias brasileiras tradicionais em diversos setores.

A última Pesquisa Anual Industrial do IBGE, divulgada em 2021 com dados para 2019, destaca a indústria automotiva como a que mais encolheu entre 2010 e o último ano antes da pandemia. Esse segmento caiu da 3ª para a 6ª posição no ranking do instituto. Na outra ponta, destaca-se o desempenho positivo na fabricação de produtos alimentícios, que se manteve como o principal segmento em termos de geração de valor.

Os três estados mais afetados pela desindustrialização no pe-

ríodo foram Amazonas, onde está a Zona Franca de Manaus, Bahia e São Paulo -os dois últimos perderam posteriormente unidades da Ford no país. Outro exemplo é o setor de couro e calçados, no qual o total de empresas no país caiu de 12,3 mil para 8.000 na última década.

Países desenvolvidos e grandes economias emergentes têm adotado uma série de estratégias para a indústria que ganharam força a partir da saída da crise financeira de 2008. Em geral, focadas na digitalização dos processos produtivos.

Na última década, outro pilar se destacou, com a necessidade de adoção de processos produtivos mais sustentáveis. Por fim, a pandemia e a guerra na Ucrânia mostraram a necessidade de diversificar fornecedores e fortalecer indústrias estratégicas.

"As políticas industriais anteriores estavam baseadas no protecionismo, na reserva de mercado para indústrias nascentes. Hoje os 'drivers' são essas duas tendências: a digitalização e a necessidade de mudar o processo produtivo para que ele seja mais sustentável", afirma Samantha Cunha, gerente de Política Industrial da CNI.

"Isso significa ser mais integrado do lado das exportações e das importações. Significa ampliar mercados, acessar tecnologia de ponta e insumos de melhor qualidade, ter maior concorrência que estimule a inovação."

Para isso, afirma ser necessário um Estado mais indutor do que intervencionista e que seja capaz de resolver questões relacionadas ao Custo Brasil, que beneficiam também outros setores, como a simplificação tributária. "Nem demais, nem a ausência (do Estado)."

Rafael Cagnin, economista do IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), cita um trabalho da Uncdad, órgão das Nações Unidas, que lista mais de 115 experiências de grandes estratégias de desenvolvimento que sinalizam o caminho para uma reindustrialização do país.

Um quarto delas está voltado à indústria 4.0. Metade enfatiza a sustentabilidade ambiental.

BLOCOS

Acordo Mercosul-UE esbarra em projetos do Congresso

DANIELLE BRANT E RENATO MACHADO/FOLHAPRESS

Anunciado como primeira grande vitória internacional do presidente Jair Bolsonaro (PL), o acordo entre União Europeia e Mercosul ganhou nova articulação para tentar agilizar o processo de ratificação no bloco europeu. Propostas no Congresso vistas como nocivas ao meio ambiente, no entanto, colocam em risco esse novo esforço.

O acordo foi selado em junho de 2019, após mais de duas décadas de negociações e com Bolsonaro há apenas seis meses à frente do Palácio do Planalto. O texto acordado prevê que mais de 90% das exportações do Mercosul para os países do grupo terão tarifas zeradas em até dez anos.

Para entrar em vigor, porém, precisa ser ratificado pelos parlamentos de UE e Mercosul e também pelos dos países-membros dos dois blocos. Ao longo do governo Bolsonaro, a euforia pela assinatura do acordo foi, aos poucos, dando lugar a críticas dos europeus, direcionadas em sua maior parte à política ambiental do governo brasileiro.

Após um período na geladeira, defensores do acordo passaram a enxergar uma nova janela de oportunidade com o desfecho das eleições na França. Pessoas que acompanham o processo lembram que o presidente reeleito, Emmanuel Macron, deixou o tema de lado durante a disputa eleitoral para evitar desgaste político, uma vez que há resistência ao acordo por parte dos sindicatos franceses.

Interlocutores no Ministério das Relações Exteriores do Brasil veem uma movimentação recente na Europa para avançar a partir de agora o chamado "split". Esse mecanismo, na prática, é a divisão do acordo entre UE e Mercosul.

Nesse formato, a parte comercial pode vir a ser ratificada ape-

nas pelo parlamento europeu e não por todos os países do bloco.

Já os temas sobre sustentabilidade e governança ficariam para um segundo momento.

Procurada pela Folha nas últimas duas semanas, a delegação da União Europeia em Brasília não respondeu aos questionamentos da reportagem.

Ao mesmo tempo que há esforço para destravar a ratificação do acordo, aumentou também a preocupação por parte de especialistas, ambientalistas e políticos europeus a respeito do avanço na Câmara dos Deputados do projeto de lei que permite atividades de mineração em terras indígenas.

Além disso, há grande pressão da bancada ruralista para a votação das propostas que flexibilizam o uso de agrotóxicos, que permitem a regularização fundiária de terras invadidas e que diminuam a rigidez da legislação sobre licenciamento ambiental - as três já estão no Senado.

"Na questão do uso de defensivos agrícolas, há uma pressão muito grande. E (o defensivo) está quase deixando de ser usado lá fora em função do tempo e dos princípios ativos, e só agora que vamos começar a usar. Então não vejo por que Alemanha usar, Estados Unidos usar e a gente não poder usar. Lá tem 10 anos e aqui ainda falta regulamentar", afirma o senador Zequinha Marinho (PL-PA).

"Então não vejo resistência (da União Europeia) em função disso. Claro que a gente está brigando não só por uma questão de regulamentação, é uma questão comercial acima de tudo. O problema aí é puramente mercado e, quando entra mercado, você sabe que todo mundo joga da forma que melhor convier."

A Frente Parlamentar Agropecuária teve uma reunião na quarta-feira com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para buscar agilizar a tramitação desses projetos de seu interesse.

RELATÓRIO

Crise do clima vai afetar cadeias de exportação do Brasil

Secas, tempestades e outros eventos extremos vão se tornar cada vez mais frequentes e intensos nos próximos anos. Conforme destacou o IPCC (Painel Intergovernamental de Mudança do Clima da ONU), a atual crise do clima é sem precedentes e, pior, irreversível.

No setor privado, a necessidade de não agravar esse cenário vem ganhando força diante da pressão por boas práticas ESG (ambiental, social e de governança, na sigla em inglês). No entanto, as medidas de adaptação a esse "novo normal" seguem escassas, o que pode implicar em prejuízos não só para empresas, mas para setores inteiros.

Em relatório lançado em fevereiro, o IPCC evidenciou o descalço internacional com iniciativas de adaptação às ameaças do clima. Segundo o painel, a maior parte do financiamento climático tem sido direcionada para projetos de mitigação, isto é, que

visem reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

Iniciativas de proteção têm ficado em segundo plano, muito embora o problema já seja perceptível.

Dados do Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia) mostram que as temperaturas no Brasil já estão mais altas, enquanto as chuvas, mais intensas. O agronegócio, por exemplo, que representa cerca de 27% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional, é um dos grandes prejudicados, sofrendo com perdas de safras e morte de animais.

"As mudanças climáticas atingirão as cadeias de abastecimento, mercados, finanças e comércio internacionais, reduzindo a disponibilidade de bens no Brasil e aumentando seu preço, bem como prejudicando os mercados para as exportações brasileiras", diz o relatório do IPCC, que posiciona o país como um dos que mais serão afetados por questões ambientais.

Uma semana antes, no entanto, o próprio Pacheco havia participado de reunião com embaixadores europeus, na sede da delegação da União Europeia. O presidente do Senado foi justamente questionado sobre o avanço dessa pauta.

Pacheco respondeu que todos esses projetos "estão tendo a cadência necessária" e tramitam "sem precocidade, sem atropelos".

"Estamos estudando e avaliando qual é o ponto de equilíbrio em relação a cada um desses projetos, que possa fazer conciliar o desenvolvimento econômico do Brasil, a sua pujança econômica, sobretudo no agronegócio e na indústria, com a preservação do meio ambiente", disse aos embaixadores.

A preocupação com os projetos no Congresso Nacional se soma a uma resistência política à figura do presidente Jair Bolsonaro e sua política ambiental. Nesse cenário, uma das apostas é a derrota do presidente em outubro e a consequente negociação com o próximo chefe do executivo.

"É um conjunto (fator Bolsonaro com a polêmica pauta do Congresso)", afirma o eurodeputado Miguel Urbán, que esteve em Brasília a convite da deputada federal Fernanda Melchionna (PSOL-RS).

"O problema é que Bolsonaro também passou a ser visto como um criminoso em relação à população indígena, como um genocida, como um 'ecocida'. O problema é a credibilidade do governo", completa.

Urbán havia apresentado um questionamento para a presidência da Comissão Europeia sobre qual seria a posição da instituição especificamente sobre o projeto de lei do novo licenciamento ambiental. Segundo ele, a resposta do vice-presidente Valdis Dombrovskis foi no sentido de que esse tema poderia colocar em risco a ratificação do acordo - por ferir ques-

tões de comércio.

Melchionna avalia que, "além da forma criminosa que Bolsonaro tratou a pandemia, a devastação ambiental no Brasil também teve repercussão internacional."

"Projetos como o do autolicensing e os ataques a terras indígenas têm amplo rechaço e solidariedade de movimentos ambientais internacionais. O eurodeputado Miguel Urbán tem sido um porta-voz dessas denúncias no Parlamento Europeu", afirma.

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil afirmou que os países do Mercosul levam em conta a relevância dos temas agrícolas e ambientais para a viabilização do acordo comercial, junto às instituições europeias e parlamentos nacionais e regionais.

A pasta argumenta que houve grande entendimento por parte dos negociadores europeus de que o acordo se trata do mais avançado capítulo já negociado pela União Europeia sobre comércio e desenvolvimento sustentável. Mesmo assim, completa, o Mercosul concordou em negociar documento adicional com mais compromissos.

"Para o Brasil, o documento deve ser de aplicação recíproca, não deve implicar a reabertura do acordo ou afetar o equilíbrio das concessões nele alcançadas, e não deve contemplar a possibilidade de sanções, possibilidade em desacordo com o tratamento multilateral dispensado ao tema e com a abrangência dos compromissos refletidos na negociação do capítulo", afirma em nota.

O Itamaraty ainda afirma que a ratificação geraria uma série de externalidades positivas, como o "incremento da qualidade de vida e das condições econômicas, bem como, consequentemente, maior proteção ambiental, já que a pobreza é um vetor importante da destruição do meio ambiente".

curtíssimo prazo, zerar nossas emissões, aquilo que emitimos em excesso permanece na atmosfera causando efeitos por décadas ou séculos", acrescenta.

Segundo Ferretti, alguns governos locais estão implementando conceitos de adaptação para revisar planos diretores, por exemplo. Mas, considerando que boa parte da infraestrutura e dos modelos de negócio foi projetada para uma realidade climática que não existe mais, é fundamental que o tema seja discutido pelo setor privado também.

Clima eleva risco aos negócios No Brasil, o agronegócio é o setor econômico mais vulnerável às mudanças climáticas, mas não o único

Vanessa Pinsky, especialista em ESG e pesquisadora da USP, destaca o mercado energético - fortemente baseado em hidrelétricas - como outro segmento bastante exposto ao clima, além das seguradoras e do setor financeiro como um todo.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

REAÇÃO

Lula defende STF e diz que Bolsonaro só conhece ódio

VICTORIA AZEVEDO/FOLHAPRESS

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) condenou os ataques do presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus aliados ao STF (Supremo Tribunal Federal).

"Ele (Bolsonaro) só conhece ódio, ódio e ódio. É ódio contra a mulher, é ódio contra o ne-

gro, ódio contra o PT, ódio contra o sindicalista, ódio contra LGBT, ódio contra quilombola e agora é ódio com a Suprema Corte. Ele agora resolveu brigar com a Suprema Corte", afirmou o presidente, citando a seguir jovens que podem estar presos injustamente neste país.

"E esse presidente, ao invés

de ir visitar uma cadeia, e dar indulto para quem merece indulto, ele resolveu dar o indulto para um amigo seu que tinha cometido a barbaridade de ofender a Suprema Corte.

Ou seja, porque na verdade, esse homem não tem sentimento", completou, referindo-se ao indulto concedido por Bolsonaro ao deputado Daniel

Silveira, condenado pelo Supremo.

"O Brasil tem que ter um presidente que converse os Estados Unidos, que converse com a China, que converse com o mundo inteiro. Nós tempos um zé ninguém que não conversa com ninguém, que só sabe levantar às 5h da manhã pra cantar mentiras."

NOVO PARTIDO

Alckmin faz imersão no PSB com hino socialista, reuniões e pizza

FÁBIO ZANINI/FOLHAPRESS

O ex-governador Geraldo Alckmin e sua mulher, Lu, fizeram uma imersão no PSB, novo partido de ambos, durante congresso da legenda, nesta semana, em Brasília.

Além de ouvirem o hino da

Internacional Socialista na abertura, participaram de todas as reuniões e fecharam o evento comendo pizza com a juventude do partido.

O partido discutiu na reunião a atualização de seu programa, incluindo foco em novos temas como a economia

criativa e o ambientalismo. A sigla pretende se transformar em uma agremiação mais parecida com a social-democracia europeia.

No evento, Alckmin, que deverá ser o vice de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), elogiou a iniciativa do PSB de promover

uma reforma e disse que é sempre importante se "modernizar".

O ex-tucano também exaltou iniciativas de governadores pessebistas na educação, ressaltando que Pernambuco e Espírito Santo, governados pelo partido, são destaques nesta área.

TERRA INDÍGENA

Aldeia onde menina yanomami teria sido estuprada é queimada

JÚLIA BARBON/FOLHAPRESS

A comunidade Aracaçá, na terra indígena Yanomami em Roraima, foi encontrada queimada e vazia após as suspeitas de que uma menina de 12 anos teria sido estuprada e morta e uma criança de 3 anos teria caído num rio e desaparecido, segundo um conselho indígena que esteve no local.

As investigações ainda estão em andamento, mas líderes indígenas consultados pelo Conselho Distrital de Saúde Indígena

na Yanomami e Ye'kwana (Condisi-YY) afirmaram que esses povos têm a tradição de queimar e evacuar o lugar onde moram se algum parente morre.

Na última segunda-feira, Júnior Hekurari Yanomami, presidente do grupo, publicou um vídeo nas redes sociais dizendo que recebeu relatos das violências, supostamente praticadas por garimpeiros ilegais que invadiram o território na região de Waikás.

Ele então avisou as autoridades e, na quarta-feira passada,

acompanhou uma comitiva ao local com equipes da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, da Funai (Fundação Nacional do Índio) e da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) – a missão que partiria na última terça-feira foi interrompida por questões climáticas.

Quando chegaram, a comunidade estava em chamas e não havia nenhum indígena. Eles só apareceram 40 minutos depois, para resgatar materiais de garimpeiros, de acordo com nota

divulgada pelo conselho nesta sexta-feira. Um vídeo feito por Júnior mostra resquícios do fogo e casas queimadas.

"Após insistência, alguns indígenas relataram que não poderiam falar, pois teriam recebido 0,5 gramas de ouro para manter o silêncio. Relataram ainda que outros crimes já aconteceram na região e que recentemente um recém-nascido foi levado para a capital de Boa Vista por um garimpeiro que alegava ser pai da criança", diz o comunicado.

CÂMARA

'Presidirei todas as sessões', diz titular da comissão da qual Silveira é vice

FÁBIO ZANINI/FOLHAPRESS

O presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara, Aluisio Mendes (PSC-MA), diz que presidirá todas as sessões, restringindo o espaço para o vice, Daniel Silveira (PTB-RJ), ter ingerência sobre o colegiado.

"Como temos uma comissão que funcionará por pouco tempo, pretendo presidir todas as sessões até o recesso branco", diz ele, em referência ao período da campanha eleitoral, em que o Congresso fica esvaziado.

Menos de uma semana após ser perdoado pelo presidente

Jair Bolsonaro (PL), Silveira foi eleito vice-presidente da comissão na quarta-feira passada em votação que demorou para ser concluída pela dificuldade de conseguir o quórum para eleger a chapa.

"O Daniel Silveira é uma questão do partido dele. Se me fosse perguntado, eu teria uma outra opção. Mas o PTB é o dono da vaga, e até onde eu sei, o deputado está no pleno gozo das suas prerrogativas", afirma Mendes.

A estreia do novo comando já deve ser ruidosa. Na pauta, há projetos polêmicos como o

das deputadas Sâmia Bonfim (PSOL-SP), Luiza Erundina (PSOL-SP) e Fernanda Melchiona (PSOL-RS), que prevê a criação de zonas de proteção em torno de locais onde são realizados abortos legais ou atendimento a vítimas de violência sexual.

A proposta é uma resposta ao assédio sofrido por uma criança de 11 anos no Recife, no qual investiga-se a participação de integrantes do governo do presidente Jair Bolsonaro.

Outro projeto na pauta é o 5417/2020, de autoria de Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que auto-

riza a veiculação de propagandas de armas de fogo em qualquer mídia.

Mendes diz que a pauta foi feita pela assessoria da comissão, utilizando como critério os projetos mais antigos sem movimentação.

"Não vamos fazer a questão do Daniel Silveira um cavalo de batalha para prejudicar a população que está esperando a aprovação desses projetos", diz. Ele acredita que, embora possa haver embates, haverá maturidade dos integrantes da comissão para aprovar projetos em torno dos quais há consenso.

CULTURA

Museu da Diversidade fecha após decisão da Justiça de São Paulo

GUSTAVO FIORATTI/FOLHAPRESS

O Museu da Diversidade, vinculado à Secretaria da Cultura do estado de São Paulo e que se destina principalmente a exposições de temática da comunidade LGBTQIA+, anunciou seu fechamento na noite desta sexta, por meio de sua conta no Instagram.

O comunicado diz que o museu está fechado devido a uma decisão judicial.

A decisão do desembargador Carlos Otávio Bandeira Lins, do Tribunal de Justiça de São Paulo, porém, não determina diretamente o fechamento do museu, mas sim a suspensão do contrato entre a secretaria e o Instituto Odeon, que venceu concorrência para administrar o local. O magistrado questiona a regularidade da contratação nessa parceria pública privada.

Especialistas consultados pela Folha dizem que, na prática, a suspensão de contrato provoca um vácuo de gestão que impede a atividade do museu.

"Se a Justiça avalia que o contrato seja inevitável que o contrato seja suspenso, havia como alternativa dar, a pedido da secretaria, um prazo, em benefício do interesse público, para que fosse feito um contrato emergencial que pudesse dar prosseguimento às atividades do museu", diz Cleber Papa, produtor cultural e especialista em gestões de equipamentos públicos culturais.

Em nota, a Secretaria da Cultura informou que a exposição "Duo Drag", que seria inaugurada neste sábado na sede do museu na região central de São Paulo, "foi adiada por decisão judicial que solicitou o fechamento da instituição". A pasta afirmou que irá recorrer da decisão liminar.

O museu, que está completando dez anos e funciona em um espaço dentro da estação República do Metrô, só passou a ser gerido pela Odeon no início deste ano. Antes disso, quem cuidava do local era a própria secretaria, com orçamento anual de cerca de R\$

1 milhão.

O pedido de suspensão do contrato foi feito após manifestação de um deputado estadual de direita, Gil Diniz (PL), também conhecido como Carteiro Reaç, que se disse incomodado com a destinação de R\$ 30 milhões do estado para uma instituição destinada à cultura LGBTQIA+. Disse ainda que o espaço é pequeno, com cerca de 100 metros quadrados, e tem uma visitação média de 35 mil pessoas por ano.

O pedido se concentra em questões administrativas. No Twitter, ele comemorou a decisão. "Não terá amostra (sic) 'Drag' no Museu LGBT", escreveu ele. Depois também postou "O Carteiro, Gil Diniz, fechou o museu LGBT!"

Os R\$ 30 milhões destinados à administração da Odeon deveriam ser distribuídos por cinco anos de vigência de contrato. Além disso, há uma verba extra de R\$ 9 milhões para o exercício de 2022, incluindo R\$ 5 milhões para a ampliação do museu, que passaria a ter neste ano 500 metros quadrados.

Ao entrar com recurso contra a decisão, o governo aponta "prejuízo ao interesse público na interrupção imediata da gestão de importante equipamento cultural, com possibilidade de deterioração do acervo, interrupção de acesso ao público, além de custos com rescisão contratual e desmobilização".

A liminar de Bandeira Lins confirma decisão anterior da juíza Carmen Cristina Teijeiro da segunda semana de abril, baseada em dúvidas sobre a idoneidade do Instituto Odeon – que teve parte de sua prestação de contas reprovada quando administrava a Fundação Theatro Municipal de São Paulo.

A secretaria diz que a seleção da organização social responsável pela gestão do museu seguiu a legislação vigente e todas as normas de convocação pública. "Ela aconteceu entre outubro e dezembro de 2021 e a organização social escolhida apresentou toda a documentação necessária", diz em nota.

FUNDAÇÃO CASA

Morre funcionário agredido por internos

PAULO EDUARDO DIAS/FOLHAPRESS

O funcionário da Fundação Casa Arnaldo Campos Garcia, 63, que havia sido espancado por internos enquanto trabalhava em uma unidade no Complexo Raposo Tavares, na zona oeste da capital paulista, não resistiu aos ferimentos e morreu na manhã deste sábado.

Conforme registro de boletim de ocorrência, o agente de apoio socioeducativo foi agredido na tarde do dia 21 de março do mês passado, quando recebeu chutes, socos e cusparadas, além de um golpe na região do pescoço, que o deixou inconsciente.

Após as agressões, ele foi conduzido ao Hospital das Clínicas de São Paulo. Depois de passar um período na unidade, sua família resolveu o transferiu para o hospital Samaritano, na região da avenida Paulista, onde ele morreu.

A Fundação Casa informou ter acompanhado o quadro de Garcia desde o momento da agressão, além de ter prestado apoio para a família do funcionário. O caso é investigado pela Corregedoria da instituição.

No momento da agressão, Garcia vigiava um grupo de adolescentes em uma atividade. Segundo o documento ela-

borado pela Polícia Civil, sete jovens, entre os quais quatro com 18 anos, teriam participado das agressões. Eles já foram identificados.

Ao menos outros três internos, que estavam na mesma sala, se recusaram a agredir o homem e ficaram em um canto.

O quarteto maior de idade foi conduzido para um CDP (Centro de Detenção Provisória), por tentativa de homicídio, qualificação que deve ser alterada com a confirmação da morte.

"Eu gostaria que, infelizmente, o que aconteceu com meu marido, não voltasse a acontecer mais com nenhum agente. Que o Estado olhasse para a Fundação Casa, melhorasse o efetivo, melhorasse a segurança dos trabalhadores e que as esposas não sofressem o que eu estou sofrendo agora", disse para a Folha a mulher de Garcia, a enfermeira Angela do Nascimento Garcia, 55.

O casal tem dois filhos, de 26 e 25 anos.

Para Angela, seu marido morreu devido ao descaso da Fundação Casa em repor o quadro de funcionários, já que o número de internos é maior do que a quantidade de agentes necessários para acompanhar as atividades, segundo ela.

MÃO FECHADA

Aliado de Bolsonaro, PP não deve dar dinheiro para campanha presidencial

FÁBIO ZANINI E GUILHERME SETO/FOLHAPRESS

Um dos principais partidos da coligação de Jair Bolsonaro (PL), o PP não deverá contribuir financeiramente com a campanha do presidente.

A decisão da legenda é a de utilizar os R\$ 340 milhões a que terá direito do fundo eleitoral exclusivamente para candidaturas parlamentares e a governadores.

Esta foi a principal razão pela qual o PP não se importou em

"perder" o general Braga Netto para o PL. Caso tivesse o provável vice na chapa, seria inevitável pingar recursos para a eleição presidencial.

O PP estima eleger uma bancada federal de 50 a 60 deputados, objetivo considerado prio-

ritário – hoje são 55.

O partido de Arthur Lira, presidente da Câmara, e Ciro Nogueira, ministro da Casa Civil, também vê chances reais de vencer as eleições para ao menos três governos estaduais: Acre, Rio Grande do Sul e Roraima.



PROGRAMA

Financiamentos para reconstruir Petrópolis chegam a R\$ 207 mi

Um dos principais programas anunciados pelo governador Cláudio Castro para apoiar os empreendedores petropolitanos, prejudicados pelas fortes chuvas em fevereiro deste ano, foi concluído após conceder cerca de R\$ 207 milhões em crédito para 3.326 empreendedores da cidade. Os recursos, já aprovados e em fase final de liberação, foram operacionalizados pela AgeRio (Agência de Fomento do Estado do Rio) e serão fundamentais para que os empresários consigam reorganizar suas finanças e negócios.

A apresentação dos resultados das linhas de crédito foi realizada nesta sexta-feira, durante café da manhã no Palácio Quitandinha, em Petrópolis, e contou com a presença de dezenas de empreendedores locais contemplados com o crédito da AgeRio, além da participação do governador Cláudio Castro, do secretário de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais, Cássio Coelho, e do presidente da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro, André Vila Verde.

"Estamos passando por um momento de reconstrução da cidade, e os recursos disponibilizados pela AgeRio são fundamentais para ajudar os empreendedores locais na retomada de seus negócios e, assim, garantir a empregabilidade e reativar a economia metropolitana", afirmou o governador Cláudio Castro.

Dos 3.326 clientes atendidos no Programa Reconstruir Petrópolis, 2.051 são Microempreendedores Individuais (MEIs), autônomos e informais, e 1.275 são pessoas jurídicas, empresas de micro, pequeno ou médio porte. Todos tiveram crédito a juro zero e até 12 meses de carência, de acordo com as necessidades de cada perfil de negócio. Diversos setores econômicos foram contemplados com os recursos, entre os quais o comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios; cabeleireiro, manicure e pedicure; fornecimento de alimento

preparado para consumo domiciliar; alojamento e alimentação; comércio e indústria de transformação.

"Não medimos esforços para oferecer as linhas de crédito horas depois da tragédia causada pelas chuvas. Todos os funcionários da AgeRio atuaram de forma incansável para conceder o crédito de forma ágil e com menos burocracia possível. Esses recursos serão fundamentais para recompor as perdas e, para muitos, serão um recomeço", disse o presidente da AgeRio, André Vila Verde.

FÔLEGO NOVO

João Vitor Freitas, 31 anos, assinou o termo de crédito com a AgeRio nesta sexta-feira, no Palácio Quitandinha. Dono de uma agência de locutores, ele atende aos supermercados da região e mantém uma rádio para comunicações comerciais na Rua Teresa.

"Com essa chuva nós perdemos muitos parceiros que tiveram prejuízos comerciais. Empregamos dez pessoas diretamente, com cerca de 20 profissionais envolvidos indiretamente. Eles tiveram um impacto direto no trabalho deles e saber que haveria esse crédito do Governo do Estado foi realmente um fôlego para os empreendedores da cidade - contou João Vitor.

Uma realidade que Andrea Barbosa da Silva, 39 anos, empreendedora do ramo da beleza, também enfrentou. Ela sentiu preocupação com o futuro, pois o movimento já vinha em um ritmo mais fraco devido à pandemia e, após as fortes chuvas, reduziu consideravelmente.

"Nós não fomos tão impactados pelas chuvas, mas os alunos que faziam cursos de formação por lá começaram a trancar a matrícula com medo de vir à cidade. Só não perdemos a esperança porque, dois dias após a enxurrada, a equipe da AgeRio entrou em contato conosco e se colocou à disposição para a solicitação de crédito - afirmou Andrea na solenidade na Cidade Imperial.

Acordo para unificar pagamento do Aluguel Social é assinado

O governador Cláudio Castro anunciou, na sexta-feira passada, uma série de ações para facilitar e desburocratizar o pagamento do Aluguel Social a famílias de Petrópolis, na Região Serrana, que perderam os imóveis durante as chuvas que atingiram a cidade em fevereiro e março deste ano. Estado e Prefeitura de Petrópolis assinaram um acordo para unificar o pagamento do benefício.

O governo vai repassar os recursos para a prefeitura realizar o pagamento às famílias. O valor será definido a partir do número de famílias que têm direito ao auxílio. Além disso, pessoas que já estavam recebendo o benefício continuam

incluídas no programa.

"A vinda a Petrópolis é resultado de uma conversa alinhada para facilitar e desburocratizar a integração ainda maior entre os entes e vamos começar pelo Aluguel Social. Nosso objetivo é desburocratizar o processo, além de gerar uma segurança jurídica e, ainda, uma tranquilidade para o cidadão de Petrópolis", disse o governador.

Famílias que solicitaram o benefício deverão fazer a revalidação do cadastro. Em contrapartida, o Governo do Estado e a prefeitura irão acelerar a liberação dos laudos da Defesa Civil Municipal, um dos principais documentos para garantir o Aluguel Social.

ACORDO COM EUA

Rússia: diálogo sobre controle de arma nuclear está congelado

O diálogo entre Moscou e Washington sobre estabilidade estratégica no que diz respeito ao controle de armas nucleares está formalmente "congelado", informou neste sábado a agência de notícias russa Tass, citando uma autoridade do Ministério das Relações Exteriores.

Vladimir Yermakov, chefe de não proliferação nuclear do Ministério das Relações Exteriores, disse que esses contatos podem ser retomados assim que a Rússia concluir o que chama de "operação militar especial" na Ucrânia.

Yermakov afirmou que Moscou acredita que os Estados Unidos pretendem finalizar projetos para implantar mísseis de médio

e curto alcance na Europa e na região Ásia no Pacífico. Ele, contudo, não apresentou provas para sustentar a afirmação.

"O surgimento de tais armas nessas regiões vai piorar ainda mais a situação e alimentará a corrida armamentista", disse Yermakov.

Também neste sábado, o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, disse que a suspensão das sanções impostas ao país pelo Ocidente faz parte das negociações de paz com a Ucrânia.

"As delegações russa e ucraniana estão discutindo diariamente por videoconferência um rascunho de um possível tratado", disse Lavrov, em comentário à agência de notícias oficial

da China, Xinhua, publicado no site do Ministério das Relações Exteriores russo.

Kiev alertou na sexta-feira que as negociações sobre o fim da invasão da Rússia, agora em seu terceiro mês, correm o risco de entrar em colapso.

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenski, tem insistido desde que a invasão começou, em 24 de fevereiro, que as sanções ocidentais contra a Rússia precisam ser reforçadas e não podem fazer parte das negociações.

Kharkiv, a segunda maior cidade da Ucrânia, voltou a sofrer bombardeios de tropas russas neste sábado.

"A situação na região de Kharkiv é difícil, mas nossas forças armadas e nossa intelligen-

cia, tiveram sucessos táticos significativos", disse Zelenski em discurso televisionado.

A polícia ucraniana informou neste sábado que encontrou três corpos com as mãos amarradas em uma vala em Butcha, subúrbio de Kiev. No início de abril, a descoberta de centenas de corpos pelas ruas e em valas após a retirada de tropas russas dos arredores da capital provocou reações em todo o mundo.

Em telefonema a Zelenski, o presidente da França, Emmanuel Macron, reiterou sua "forte preocupação" com o bombardeio a cidades ucranianas e com a "situação insuportável" na cidade portuária de Mariupol e disse que intensificará o apoio militar e humanitário à Ucrânia.

Fim de sanções contra Rússia é parte de negociações de paz com Ucrânia

O fim das sanções impostas à Rússia faz parte das negociações de paz entre Moscou e a Ucrânia, que são "difíceis", mas continuam diariamente, disse o ministro das Relações Exteriores russo, Sergei Lavrov, em comentários publicados no início deste sábado.

Kiev advertiu na sexta-feira passada que as conversações sobre o fim da invasão russa, agora em seu terceiro mês, estavam em perigo de colapso.

"No momento, as delegações

russa e ucraniana estão realmente discutindo diariamente, via videoconferência, um esboço de um possível tratado", disse Lavrov em comentários à agência oficial de notícias Xinhua da China, publicados no site do Ministério das Relações Exteriores russo.

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenski, tem insistido desde o início da invasão, em 24 de fevereiro, que as sanções ocidentais à Rússia precisavam ser reforçadas e não po-

diam fazer parte das negociações.

A Ucrânia e a Rússia não mantêm conversações de paz cara-a-cara desde 29 de março, e a atmosfera tem se deteriorado por causa das alegações ucranianas de que as tropas russas cometeram atrocidades ao se retirarem de áreas próximas a Kiev. Moscou negou as alegações.

Moscou chama suas ações na Ucrânia de uma "operação especial" para desmilitarizar e "desnazificar" seu vizinho. A

Ucrânia e o Ocidente dizem que a Rússia lançou uma guerra de agressão não provocada.

"A agenda das conversações também inclui, entre outros, as questões de desnazificação, o reconhecimento de novas realidades geopolíticas, o levantamento de sanções, o status da língua russa", disse Lavrov, sem elaborar.

"Somos a favor da continuação das negociações, embora elas sejam difíceis", disse Lavrov.

Governo polonês já enviou mais de 200 tanques modelos soviético para a Ucrânia

IGOR GIELOW/FOLHAPRESS

O governo da Polónia já enviou mais de 200 tanques antigos de modelos soviético T-72, semelhantes aos operados pela Ucrânia, para Kiev combater a invasão russa de seu território. A informação é da estatal Rádio Polonesa.

Antes da guerra, iniciada em 24 de fevereiro, os ucranianos operavam 133 tanques do tipo, em versões modernizadas, do total de 858 carros de combate pesados em seu inventário. Segundo os poloneses, membros da Otan, o país já empenhou € 1,5 bilhão em ajuda militar para o vizinho.

Rússia destrói pista de aeroporto de Odessa.

O Comando Sul das Forças Armadas da Ucrânia afirmou que um ataque com pelo menos três mísseis de cruzeiro russos Kalibr destruiu a pista do aeroporto de Odessa, principal porto do país.

A ação pode indicar o começo de uma escalada para levar a guerra para a cidade, central para o controle do restante da costa do mar Negro. Até aqui, Odessa havia tido alguns alvos militares bombardeados, mas sem a intensidade de outros pontos no leste e sul do país.

PANDEMIA

Xangai não detecta novos casos de Covid fora das áreas de quarentena

A cidade de Xangai anunciou neste sábado que não detectou novos casos diários de Covid-19 fora das áreas de quarentena, marcando um feito histórico na batalha para conter o vírus, que paralisou uma cidade de 25 milhões de pessoas e deixou a capital Pequim em alerta.

As ruas de Pequim estavam estranhamente quietas no início do feriado de cinco dias do Dia do Trabalho, com moradores

ansiosos com a possibilidade de imposição de novas restrições durante um período quando é típico viajar e socializar.

"Você olha para uma cidade que costumava ser tumultuada, e hoje está vazia. Você pensa como essas pessoas conseguem sobreviver", disse Li, de 35 anos de idade, que trabalha no setor financeiro em Pequim, aos prantos.

Na capital comercial de Xan-

gai, no leste do país, cenas de casas e edifícios isolados com barreiras para impedir que moradores saíssem tomaram os noticiários, em um momento em que a maioria dos outros países estão aprendendo a viver com a covid.

A China mantém uma política de covid zero com o objetivo de erradicar a doença, o que provoca frustração, especialmente em Xangai, onde muitas pessoas estão confinadas há mais de um

mês. Alguns, com dificuldades de encontrar alimentos e outras necessidades diárias, mostraram raras manifestações de oposição aos controles rígidos do governo.

Se a campanha de tolerância zero funcionar, no entanto, será uma vitória para o presidente chinês Xi Jinping, e sua abordagem, com a qual ele espera garantir um terceiro mandato presidencial, rompendo precedentes.

VATICANO

Francisco pede auditorias anuais em igrejas para proteger crianças de abuso

O Papa Francisco pediu na sexta-feira passada auditorias anuais para avaliar como as igrejas ao redor do mundo estão implementando medidas para proteger crianças do abuso sexual de sacerdotes católicos, dizendo que, sem mais transparência, os fiéis continuarão a perder confiança.

"Abusos de qualquer forma

são inaceitáveis", disse Francisco a membros da Comissão Pontifícia para a Proteção de Menores, que foi estabelecida em 2014 para promover melhores práticas e uma cultura de proteção em todo o mundo.

A comissão teve um início complicado, com a renúncia de vários membros que reclamaram

que o órgão não tinha força e de que haviam encontrado resistência interna.

O grupo recebeu uma nova concessão em março, quando a Constituição atualizada do Vaticano o colocou no departamento doutrinal, que decide casos de abusos.

Francisco disse que queria um

"relato confiável anual sobre o que está sendo feito no presente e o que precisa mudar" para proteger crianças e adultos vulneráveis de sacerdotes predatórios.

"Esse relatório será um fator de transparência e responsabilidade e, eu espero, irá oferecer uma auditoria clara de nosso progresso nessa iniciativa", disse Francisco.

Diário do
ACIONISTA

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) **3556-3030 / 96865-1628**

publicidade@diariodacionista.com.br